



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA



TERMO DE CONTRATO UFPB/PU Nº 009/2018

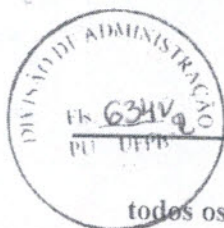
TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS Nº 009/2018, QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
(UFPB) E A EMPRESA INTERFORT
SEGURANÇA DE VALORES EIRELI, CNPJ
04.008.185/0003-01.

A União, por intermédio da **Universidade Federal da Paraíba - UFPB**, com sede na Cidade Universitária, s/n – Castelo Branco, na cidade de João Pessoa-PB, inscrita no CNPJ sob o nº **24.098.477/0001-10**, neste ato representada pela Magnífica Reitora, **Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz**, nomeada de acordo com o Decreto de 10 de Novembro de 2016, do Presidente da República, Michel Temer, publicado no Diário Oficial da União Ano LVII Nº217, sexta-feira, 11 de novembro de 2016, inscrita no CPF nº **323.157.164-20**, portadora da **Carteira de Identidade nº 394.612 SSP/PB**, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a **INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **04.008.185/0003-01**, sediada na Rua Professor Angelo Mendonça Ribeiro, 85, José Américo de Almeida - João Pessoa-PB, (83) 8630-0665 / (84) 3027-2796, licitações@interfort.com.br, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. Luiz Antonio Rech, portador da Carteira de Identidade nº 6.022.457.581, expedida pela SSP/RS, e CPF nº 173.567.500-82, tendo em vista o que consta no Processo nº 23074.035441/2017-11 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão – Sistema de Registro de Preços nº 026/2017, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a eventual contratação de serviços **continuados** de: a) **vigilância patrimonial ostensiva armada e motorizada (diurna e noturna)** e b) **vigilância patrimonial ostensiva armada (diurna e noturna)**; a serem desempenhados em regime de plantão de escala 12 x 36, para atender às necessidades da UFPB em





todos os seus Campi, inclusive nas cidades de Cabedelo, São João do Cariri, Solânea e Santa Rita, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

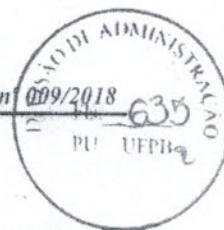
1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

Item	Campus/cidade	Unid	Turno	Quant. (A)	Valor mensal por posto (B)	Valor total mensal (C) = A*B	Valor total por 12(doze) meses (D) = C*12
1	João Pessoa	Posto 12x36 Vig. Armada	Diurno	29	R\$ 6.407,38	R\$ 185.814,02	R\$ 2.229.768,24
2	João Pessoa	Posto 12x36 Vig. Armada	Noturno	31	R\$ 7.455,46	R\$ 231.119,26	R\$ 2.773.431,12
3	João Pessoa	Posto 12x36 Vig. Armada/Motorizada	Diurno	4	R\$ 6.836,24	R\$ 27.344,96	R\$ 328.139,52
4	João Pessoa	Posto 12x36 Vig. Armada/Motorizada	Noturno	5	R\$ 7.884,32	R\$ 39.421,60	R\$ 473.059,20
5	Areia	Posto 12x36 Vig. Armada	Diurno	3	R\$ 6.223,02	R\$ 18.669,06	R\$ 224.028,72
6	Areia	Posto 12x36 Vig. Armada	Noturno	3	R\$ 7.271,08	R\$ 21.813,24	R\$ 261.758,88
7	São João do Cariri - Areia	Posto 12x36 Vig. Armada	Diurno	1	R\$ 6.223,02	R\$ 6.223,02	R\$ 74.676,24
8	São João do Cariri - Areia	Posto 12x36 Vig. Armada	Noturno	1	R\$ 7.271,08	R\$ 7.271,08	R\$ 87.252,96
9	Areia	Posto 12x36 Vig. Armada/Motorizada	Diurno	2	R\$ 6.651,86	R\$ 13.303,72	R\$ 159.644,64
10	Areia	Posto 12x36 Vig. Armada/Motorizada	Noturno	2	R\$ 7.699,94	R\$ 15.399,88	R\$ 184.798,56
11	Bananeiras	Posto 12x36 Vig. Armada	Diurno	3	R\$ 6.223,02	R\$ 18.669,06	R\$ 224.028,72
12	Bananeiras	Posto 12x36 Vig. Armada	Noturno	3	R\$ 7.271,08	R\$ 21.813,24	R\$ 261.758,88
13	Bananeiras	Posto 12x36 Vig. Armada/Motorizada	Diurno	2	R\$ 6.651,86	R\$ 13.303,72	R\$ 159.644,64
14	Bananeiras	Posto 12x36 Vig. Armada/Motorizada	Noturno	2	R\$ 7.699,94	R\$ 15.399,88	R\$ 184.798,56
15	Mamanguape	Posto 12x36 Vig. Armada	Diurno	4	R\$ 6.223,02	R\$ 24.892,08	R\$ 298.704,96
16	Mamanguape	Posto 12x36 Vig. Armada	Noturno	4	R\$ 7.271,08	R\$ 29.084,32	R\$ 349.011,84
17	Mamanguape	Posto 12x36 Vig. Armada/Motorizada	Noturno	1	R\$ 7.699,94	R\$ 7.699,94	R\$ 92.399,28
18	Rio Tinto	Posto 12x36 Vig. Armada	Diurno	4	R\$ 6.223,02	R\$ 24.892,08	R\$ 298.704,96
19	Rio Tinto	Posto 12x36 Vig. Armada	Noturno	4	R\$ 7.271,08	R\$ 29.084,32	R\$ 349.011,84
20	Rio Tinto	Posto 12x36 Vig. Armada/Motorizada	Diurno	1	R\$ 6.651,86	R\$ 6.651,86	R\$ 79.822,32
Valor total GLOBAL						R\$ 757.870,34	R\$ 9.094.444,08

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de 03/12/2018 e encerramento em 03/12/2019, não podendo ser prorrogado, conforme ACÓRDÃO Nº 1274/2018 – TCU – PLENÁRIO.



3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação é de **R\$ 757.870,34** (setecentos e cinquenta e sete mil, oitocentos e setenta reais e trinta e quatro centavos), perfazendo o valor total de **R\$ 9.094.444,08** (nove milhões, noventa e quatro mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e oito centavos).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2018, conforme Nota de Empenho 2018NE800379, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:	153066
Fonte:	8100000000
Programa de Trabalho:	108302
Elemento de Despesa:	339039
PI:	N0000G0152N

3.4. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

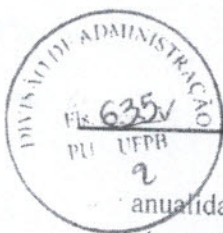
4. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

4.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital.

5. CLÁUSULA SEXTA – REPACTUAÇÃO

5.1. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado neste Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 2.271, de 1997, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2008.

5.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua



anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

5.3. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

5.3.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

5.3.2. Para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

5.3.3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

5.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

5.5. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

5.6. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

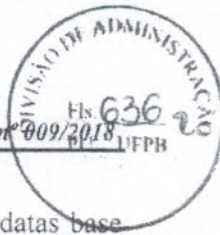
5.7. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

5.7.1. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

5.7.2. do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

5.7.3. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

5.8. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.



5.9. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

5.10. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

5.11. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em acordos e convenções coletivas que não tratem de matéria trabalhista.

5.12. Quando a repactuação referir-se aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços (Anexo VII), acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

5.13. Quando a repactuação referir-se aos demais custos, a CONTRATADA demonstrará a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços e comprovará o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando-se:

5.13.1. os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

5.13.2. as particularidades do contrato em vigência;

5.13.3. a nova planilha com variação dos custos apresentados;

5.13.4. indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;

5.13.5. índice específico, setorial ou geral, que retrate a variação dos preços relativos a alguma parcela dos custos dos serviços, desde que devidamente individualizada na Planilha de Custos e Formação de Preços da Contratada.

5.13.6. A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

5.14. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

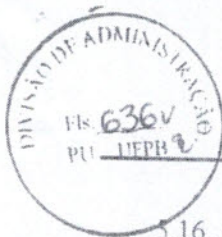
5.14.1. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

5.14.2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

5.14.3. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

5.15. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

[Handwritten signature and initials]



5.16. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

5.17. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

5.18. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

6. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

6.1 A CONTRATADA prestará garantia no valor de **RS 454.722,20** (quatrocentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e vinte e dois reais e vinte centavos), na modalidade de **seguro-garantia**, no **prazo de 10 (dez) dias úteis**, observadas as condições previstas no Edital.

6.1. A garantia prevista em Edital somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 19-A, inciso IV, da Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 02/2008 e no art. 2º, §2º, V da Portaria MPDG n. 409/2016, observada a legislação que rege a matéria.

7. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

7.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

8. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

8.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

9. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

9.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

10



10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

10.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

10.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

10.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

10.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.4.3. Indenizações e multas.

11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

11.1. É vedado à CONTRATADA:

11.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

11.1.2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.2.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

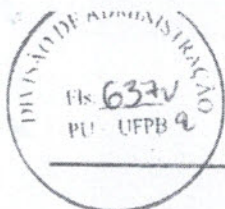
12.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais



Handwritten signatures and initials.



aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

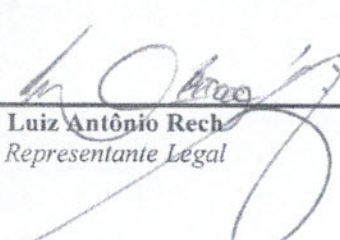
14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

15.1. É eleito o Foro da Comarca de João Pessoa, Estado da Paraíba, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em três (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

João Pessoa, 16 de NOVEMBRO de 2018.



Luiz Antônio Rech
Representante Legal



Margareth de Fátima Formiga Melo
Diniz
Reitora

Testemunhas



CPF: João Marcelo Alves Macêdo
Prefeito Universitário - UFPB
CPF 030.837.904-73
Mat. SIAPE 2569256

CPF:



AUTORIZAÇÃO COMPLEMENTAR AO CONTRATO UFPB/PU nº 009/2018

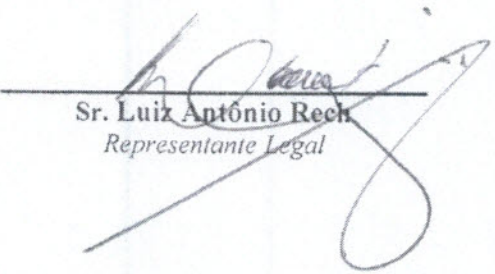
A empresa **INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES EIRELI**, inscrita no CNPJ nº **04.008.185/0003-01**, por intermédio de seu representante legal, o **Sr. Luiz Antonio Rech**, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.022.457.581, expedida pela SSP/RS, e CPF nº 173.567.500-82, **AUTORIZA** a **Universidade Federal da Paraíba - UFPB**, para os fins dos artigos 19-A e 35 da Instrução Normativa nº 02, de 30/04/2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e dos dispositivos correspondentes do Edital do Pregão n. 026/2017:

1) que sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores alocados a qualquer tempo na execução do contrato acima mencionado os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas, previdenciárias e fundiárias devidas, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis, conforme o artigo 19-A, inciso V, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2/2008;

2) que sejam provisionados valores para o pagamento dos trabalhadores alocados na execução do contrato e depositados em conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, e aberta em nome da empresa **INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES EIRELI** junto a instituição bancária oficial, conforme o artigo 19-A, inciso I, e Anexo VII, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2/2008, cuja movimentação dependerá de autorização prévia da **Universidade Federal da Paraíba - UFPB**, que também terá permanente autorização para acessar e conhecer os respectivos saldos e extratos, independentemente de qualquer intervenção da titular da conta.

3) que a CONTRATANTE utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a CONTRATADA não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, conforme artigos 19, XIX, e 35, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2/2008.

João Pessoa, 16 de Novembro de 2018.


Sr. Luiz Antonio Rech
 Representante Legal

EM BRANCO